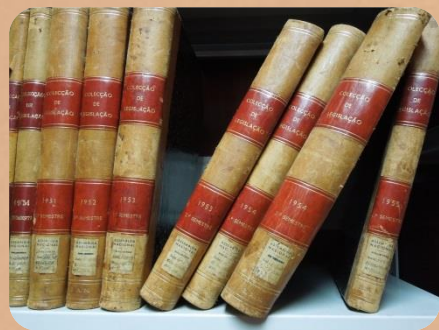


NEWSLETTER DIGESTO N.º 3/2019

Disponibilização: 11 de fevereiro de 2019

Período abrangido: 28 de janeiro a 8 de fevereiro de 2019



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Forças de Segurança
2. Agricultura
3. Ambiente
 - Ambiente e Conservação da Natureza
 - Florestas e Desenvolvimento Rural
4. Animais
5. Cultura
6. Direitos, Liberdades e Garantias
 - Igualdade e Inclusão
7. Economia
 - Atividade Económica
 - Transportes
8. Educação e Ensino Superior
9. Finanças
 - Contribuições e Impostos
10. Justiça
 - Decisões e Pareceres
 - Política de Justiça
11. Mar
12. Negócios Estrangeiros
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação
13. Poder Local
14. Regiões Autónomas

- Açores
15. Saúde
16. Segurança Social

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- FORÇAS DE SEGURANÇA

[Portaria n.º 47/2019, de 7 de fevereiro](#)
(Administração Interna)

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos à Administração Interna,

2. AGRICULTURA

[Portaria n.º 40/2019, de 29 de janeiro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Fixa o mínimo de existências de vinho do Porto que devem ser conservadas pelos comerciantes, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 173/2009, de 3 de agosto, que aprova o estatuto das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro.

[Portaria n.º 48/2019, de 7 de fevereiro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro, que aprova a tabela normalizada de custos unitários.

3. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Portaria n.º 42/2019, de 30 de janeiro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Ambiente e Transição Energética)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 349-D/2013, de 2 de dezembro, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a intervenção e dos edifícios existentes.

[Portaria n.º 43/2019, de 31 de janeiro](#)

(Ambiente e Transição Energética)

Altera (segunda alteração) o artigo 7.º da Portaria n.º 102/2015, de 7 de abril, que estabelece os procedimentos para injeção de energia adicional e para autorização do sobre-equipamento de centros eletroprodutores eólicos, bem como os requisitos para a dispensa de telecontagem individualizada da energia do sobre-equipamento, e define as taxas aplicáveis aos procedimentos no âmbito do sobre-equipamento.

SEP

[Portaria n.º 44/2019, de 31 de janeiro](#)

(Ambiente e Transição Energética)

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 976/2009, de 1 de setembro, que fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral, previsto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de maio.

[Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro](#)

(Finanças e Ambiente e Transição Energética - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade)

Aprova o programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos.

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Portaria n.º 42-A/2019, de 30 de janeiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (sexta alteração) a Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro, que estabelece o regime de aplicação das operações 8.1.1, «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», 8.1.2, «Instalação de sistemas agroflorestais», 8.1.5, «Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas», e 8.1.6, «Melhoria do valor económico das florestas», inseridas na ação 8.1, «Silvicultura sustentável», da medida 8, «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

SEP

[Portaria n.º 42-B/2019, de 30 de janeiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (oitava alteração) a Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, que estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.3, «Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos» e da operação 8.1.4, «Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos», ambas inseridas na ação 8.1, «Silvicultura Sustentável» da Medida 8, «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

4. ANIMAIS

[Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos.

5. CULTURA

[Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura.

6. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- IGUALDADE E INCLUSÃO

[Despacho Normativo n.º 3/2019, de 8 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade)

Define os critérios, regras e formas de apoio público prestado pelo Estado a entidades públicas e ou privadas por via do valor dos resultados líquidos de exploração de jogos sociais, destinados à promoção, desenvolvimento e fomento de atividades, programas, ações ou infraestruturas, no âmbito da cultura e da igualdade de género.

7. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária.

[Decreto-Lei n.º 24/2019, de 1 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as regras aplicáveis à comunicação eletrónica entre o registo comercial nacional e os registos de outros Estados-Membros da União Europeia, transpondo a Diretiva n.º 2012/17/UE, que altera a Diretiva 89/666/CEE do Conselho e as Diretivas 2005/56/CE e 2009/101/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à interconexão dos registos centrais, dos registos comerciais e dos registos das sociedades Texto relevante para efeitos do EEE.

- TRANSPORTES

[Portaria n.º 41/2019, de 30 de janeiro](#)
(Finanças, Administração Interna, Planeamento e Infraestruturas e Ambiente e Transição Energética)

Altera (primeira alteração) o Regulamento do Fundo para o Serviço Público de Transportes, aprovado pela Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro.

8. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

[Portaria n.º 45/2019, de 4 de fevereiro](#)
(Educação)

Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2018-2019.

9. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Portaria n.º 34/2019, de 28 de janeiro](#)
(Finanças)

Aprova os novos modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento a vigorar no ano de 2019.

[Portaria n.º 35/2019, de 28 de janeiro](#)
(Finanças)

Aprova a folha de rosto e os modelos relativos aos anexos do modelo declarativo da IES/DA.

[Despacho n.º 1056/2019, de 30 de janeiro](#)
(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o ano de 2019.

[Lei n.º 9/2019, de 1 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Estabelece o direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais, alterando a Lei Geral Tributária.

[Decreto Regulamentar n.º 1/2019, de 4 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Fixa o universo dos sujeitos passivos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares abrangidos pela declaração automática de rendimentos.

10. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Parecer n.º 30/2018, de 7 de fevereiro](#)
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Pronuncia-se sobre a licitude e consequências da greve decretada pelo Sindicato Nacional dos Registos.

- POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Lei n.º 8/2019, de 1 de fevereiro](#)
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Altera (vigésima terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017, que altera a Decisão-Quadro 2004/757/JAI do Conselho a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga e revoga a Decisão 2005/387/JAI do Conselho.

[Lei n.º 10/2019, de 7 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Cria o Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana para acompanhamento do mercado de arrendamento urbano nacional.

[SEP]

[Lei n.º 11/2019, de 7 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Tipifica o crime de agressão, procedendo à segunda alteração à lei penal relativa às violações do direito internacional humanitário, aprovada em anexo à Lei n.º 31/2004, de 22 de julho, que adapta a legislação penal portuguesa ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional.

11. MAR

[Portaria n.º 36/2019, de 28 de janeiro](#)
(Mar)

Estabelece as normas que regulam a autorização de primeira venda de pescado fresco fora das lotas para as comunidades piscatórias dependentes do Rio Guadiana, aplicando-se as vendas efetuadas localmente nos concelhos de Castro Marim, Alcoutim e Mértola.

[Portaria n.º 37/2019, de 28 de janeiro](#)
(Mar)

Estabelece, para o ano de 2019, um regime excecional para a captura de espécies acessórias nas pescarias de cerco, relativamente ao previsto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Pesca por Arte de Cerco, aprovado pela Portaria n.º 1102-G/2000, de 22 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 346/2002, de 2 de abril, e 397/2007, de 4 de abril.

[Despacho n.º 1127-B/2019, de 31 de janeiro](#)
(Mar - Gabinete da Ministra)

Estabelece medidas de gestão da pesca do polvo (*Octopus vulgaris*) na costa algarvia.

[Portaria n.º 44-B/2019, de 1 de fevereiro](#)
(Finanças e Mar)

Estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à atribuição, em 2019, de um subsídio, no âmbito do auxílio de minimis ao setor da pesca.

12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Aviso n.º 3/2019, de 31 de janeiro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Comunica a entrada em vigor da Convenção Relativa ao Desalfandegamento Centralizado no Que diz Respeito à Atribuição de Despesas de Cobranças Nacionais Que são Conservadas quando os Recursos Próprios Tradicionais são Colocados à Disposição do Orçamento da União Europeia, assinada em Bruxelas em 10 de março de 2009.



[Aviso n.º 4/2019, de 31 de janeiro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Comunica a entrada em vigor do Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre Cooperação Económica, assinado em Lisboa, em 18 de dezembro de 2017.

[Aviso n.º 1704/2019, de 31 de janeiro](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Estabelece as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de fevereiro de 2019.

[Aviso n.º 5/2019, de 8 de fevereiro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Comunica a entrada em vigor do Acordo entre a União Europeia, os seus Estados-Membros, por um lado, e a Islândia, por outro, relativo à participação da Islândia no cumprimento conjunto dos compromissos da União Europeia, dos seus Estados-Membros e da Islândia no segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, adotado em Bruxelas, em 1 de abril de 2015.

13. PODER LOCAL

[Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos.

[Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

[Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura.

[Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Despacho n.º 1056/2019, de 30 de janeiro](#)
(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o ano de 2019.

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2019/A, de 4 de fevereiro](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Regula a publicitação e eficácia da atividade inspetiva dos serviços inspetivos da administração regional autónoma dos Açores, independentemente da natureza e âmbito das suas competências.

15. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.

[Portaria n.º 44-A/2019, de 31 de janeiro](#)
(Saúde)

Regula o regime de preços das preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais.

[Portaria n.º 48-A/2019, de 7 de fevereiro](#)
(Saúde)

Efetiva a requisição civil dos enfermeiros em situação de greve até ao dia 28 de fevereiro de 2019.

16. SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto Regulamentar n.º 2/2019, de 5 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as regras para a fixação da prestação a atribuir na situação de pré-reforma que corresponda à suspensão da prestação de trabalho em funções públicas.

[Portaria n.º 46/2019, de 7 de fevereiro](#)
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, que aprova os estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P..

[Portaria n.º 49/2019, de 8 de fevereiro](#)
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Aprova os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações anuais.

[Portaria n.º 50/2019, de 8 de fevereiro](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Define o fator de sustentabilidade e idade normal de acesso à pensão de velhice.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

[Lei n.º 8/2019, de 1 de fevereiro](#)
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Altera (vigésima terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017, que altera a Decisão-Quadro 2004/757/JAI do Conselho a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga e revoga a Decisão 2005/387/JAI do Conselho.

[Decreto-Lei n.º 24/2019, de 1 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as regras aplicáveis à comunicação eletrónica entre o registo comercial nacional e os registos de outros Estados-Membros da União Europeia, transpondo a Diretiva n.º 2012/17/UE, que altera a Diretiva 89/666/CEE do Conselho e as Diretivas 2005/56/CE e 2009/101/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à interconexão dos registos centrais, dos registos comerciais e dos registos das sociedades Texto relevante para efeitos do EEE.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigado pela sua sugestão